

INCLUSÃO NA ALFABETIZAÇÃO: Explorando o Processo de Ensino para Crianças com Autismo

BRASIL DA SILVA, Karla Suely ¹

RESUMO: Este estudo busca investigar o processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando as práticas pedagógicas que favorecem seu aprendizado na fase escolar. A pesquisa tem como objetivo explorar os desafios enfrentados pelos educadores, identificar as estratégias pedagógicas adotadas e analisar a influência da capacitação docente no desenvolvimento de práticas eficazes. A metodologia adotada é qualitativa, com uma abordagem exploratória, incluindo análise documental de legislações, diretrizes e políticas educacionais nacionais e internacionais, além de uma revisão de literatura. A análise dos dados foi baseada na análise de conteúdo, com o objetivo de identificar as abordagens pedagógicas mais eficazes para a alfabetização de crianças com TEA. Este estudo visa contribuir para o aprimoramento das práticas educacionais inclusivas, promovendo uma educação mais acessível e de qualidade para crianças com autismo.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização; Transtorno do Espectro Autista (TEA); práticas pedagógicas; inclusão educacional e formação docente.

1 INTRODUÇÃO

A educação no contexto brasileiro tem enfrentado historicamente uma série de desafios complexos, que ocorrem na contramão de importantes conquistas, asseguradas em diversos documentos, nacionais e internacionais, que preveem a garantia do direito à Educação. Entre esses documentos, por seu caráter emblemático e universal, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), que reconheceu o direito à educação como essencial para o pleno desenvolvimento, afirmando a necessidade de instrução a todas as pessoas. Em seguida, também pela sua abrangência, destaca-se a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), que estabeleceu o direito das crianças à educação, garantindo medidas para assegurar o acesso à educação primária obrigatória e gratuita.

Nesse sentido, a Constituição Federal (1988) propôs a educação como um direito de todas as pessoas e um dever do Estado e da família, promovendo o desenvolvimento humano e a preparação para a cidadania e o trabalho. Ainda no âmbito nacional, ganhou muita visibilidade o Estatuto da Criança e do Adolescente

¹ Graduada em Licenciatura -Pedagogia, Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Karlabrasil@msn.com

(ECA, 1990), que afirmou a educação como um direito fundamental das crianças e adolescentes, enfatizando a importância do acesso à escola e do desenvolvimento integral.

Especificamente no campo da educação, tem-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), que estabeleceu as bases da educação no Brasil, definindo princípios e normas para garantir a qualidade e a equidade educacional em todos os níveis. Ainda no contexto nacional, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) estabeleceu a garantia de acesso, permanência, aprendizagem e participação de todos os estudantes, na educação básica, por meio de diretrizes que promovem a formação de professores, o atendimento educacional especializado, a adaptação curricular e a acessibilidade.

Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), na edição, estabeleceu metas e estratégias para o desenvolvimento educacional do país, visando à universalização do acesso, à qualidade e à equidade, como no caso de crianças com o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), é caracterizado segundo a American Psychiatric Association. (APA,2014), por dificuldades persistentes na comunicação social recíproca e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamentos, interesses ou atividades, com início na infância, o que limita o funcionamento diário. Esses sintomas variam de acordo com a gravidade da condição, idade, desenvolvimento e apoio disponível, sendo que o termo "espectro" reflete essa diversidade. O diagnóstico é mais confiável quando envolve múltiplas fontes de informação, como observações clínicas e relatos dos cuidadores. As dificuldades de comunicação incluem déficits verbais e não verbais, e problemas na reciprocidade socioemocional e na compreensão de pistas sociais. Além disso, o TEA é marcado por comportamentos repetitivos, como estereotípias motoras e uso excessivo de rotinas. Interesses fixos e sensibilidade sensorial também são comuns, e os indivíduos podem exibir resistência a mudanças ou padrões de comportamento ritualizados. Embora alguns possam aprender a suprimir esses comportamentos com o tempo, o transtorno afeta significativamente áreas da vida, como o social e o profissional, e pode ser diagnosticado mesmo quando os sintomas se atenuam na vida adulta.

Visto isso, destaca-se a Lei nº 13.146, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI), promulgada em 6 de julho de 2015. A LBI estabelece princípios

fundamentais, como a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a garantia de acessibilidade, que orientam a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos.

Castilho e Bezerra (2016), apresentaram em seu estudo o ciclo de alfabetização que seria do 1º ao 3º ano do ensino fundamental I, permeando o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), contando com a política de inclusão das crianças com necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008). Deram visibilidade a dois cadernos, o da Educação Especial: A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva, de 2012 (BRASIL, 2012d), e o caderno de Educação Inclusiva, de 2014 (BRASIL, 2014a), que trazem orientações na formação dos professores do PNAIC de como desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas que viabilizem uma aprendizagem significativa nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando alfabetizar esse público-alvo da Educação Especial juntamente com todos os alunos na classe comum.

Embora se reconheça a relevância dessas importantes conquistas, crianças e adolescentes, e importante ressaltar que estar na escola não garante, por si só, a inclusão, o sucesso no processo de aprendizagem e o desenvolvimento satisfatório dos estudantes. De acordo com Moraes (2012), uma média de 10 a 15 por cento dos estudantes, a cada ano, não conseguem atingir os objetivos correspondentes a cada série. Esse contexto educacional pode resultar em uma exclusão social, uma vez que o desenvolvimento da leitura e escrita é fundamental para a inserção social (Imbernom, 2000).

Em síntese, a educação brasileira tem evoluído significativamente em termos de legislações e políticas públicas que buscam garantir o acesso e a qualidade educacional a todos os cidadãos, incluindo aqueles com necessidades especiais, como as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Contudo, apesar dos avanços, a realidade das escolas brasileiras ainda revela desafios persistentes na implementação efetiva de uma educação inclusiva, especialmente no que diz respeito à prática pedagógica diferenciada e à adaptação dos processos de ensino. A busca por uma educação equitativa e de qualidade depende de um compromisso contínuo com a formação dos profissionais da educação, a adequação dos currículos e o monitoramento das práticas pedagógicas, para que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, possam alcançar seu potencial máximo.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com o objetivo de investigar os desafios e as conquistas da educação inclusiva no Brasil, com foco na alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa se estrutura a partir de uma análise documental de legislações, diretrizes e políticas educacionais nacionais e internacionais, além de uma revisão de literatura com base em estudos que discutem a inclusão de alunos no ensino fundamental.

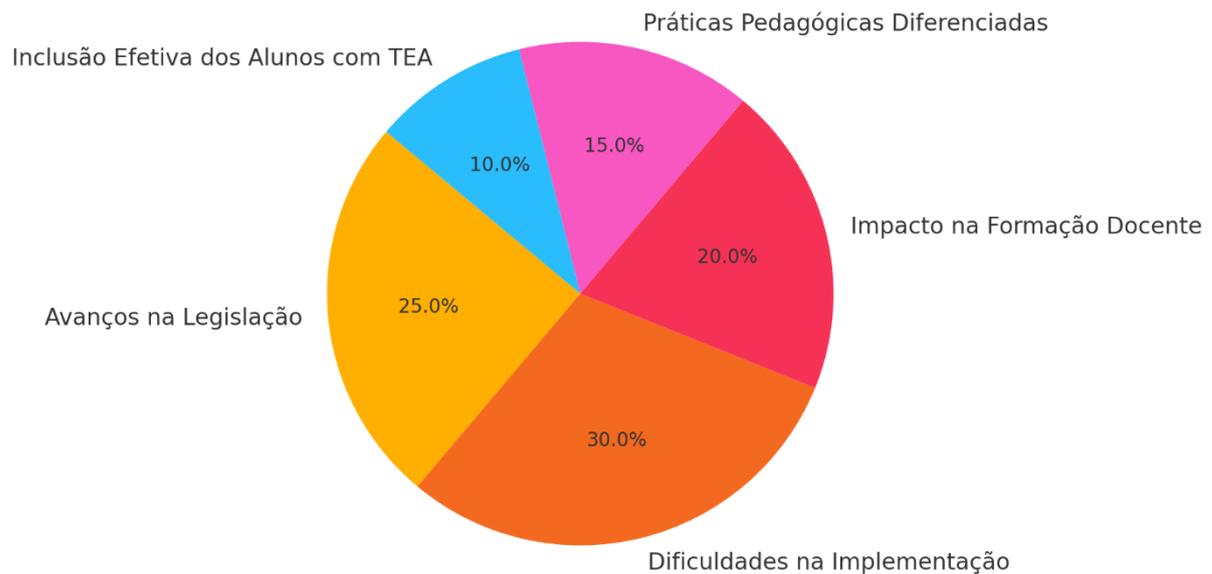
Para a análise documental, foram examinados documentos normativos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH, 1948), a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC, 1989), a Constituição Federal (1988), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996), a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014) e a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015). Esses documentos foram analisados à luz dos princípios de equidade, acessibilidade e inclusão educacional.

Além da análise documental, realizou-se uma revisão bibliográfica baseada em autores que discutem a alfabetização inclusiva e as práticas pedagógicas para crianças com TEA, como Castilho e Bezerra (2016) e Moraes (2012). O estudo também considerou os relatórios do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e os materiais formativos destinados aos professores que atuam na educação inclusiva, especialmente os cadernos "A alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva" (2012) e "Educação Inclusiva" (2014).

A análise dos dados coletados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias que evidenciam tanto os avanços quanto os desafios enfrentados no processo de implementação da educação inclusiva. A pesquisa busca, assim, contribuir para a compreensão das dificuldades e das necessidades existentes na prática pedagógica para a alfabetização de crianças com TEA, bem como subsidiar futuras políticas e estratégias para uma educação mais equitativa e de qualidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Distribuição dos Resultados do Estudo



O gráfico de pizza representando os resultados do estudo, mostrando a distribuição dos principais achados, incluindo avanços na legislação, dificuldades na implementação, impacto na formação docente, práticas pedagógicas diferenciadas e inclusão efetiva dos alunos com TEA, evidenciando desafios estruturais, lacunas na formação docente e a necessidade de adaptação curricular para promover um ensino verdadeiramente inclusivo.

Os resultados desta pesquisa evidenciam um panorama complexo sobre a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando tanto os desafios estruturais quanto os avanços obtidos por meio de práticas pedagógicas eficazes. Dentre os principais entraves, a formação docente inadequada desponta como um fator determinante para as dificuldades enfrentadas pelos professores. A ausência de capacitação específica compromete a implementação de abordagens adaptadas, uma vez que muitos educadores não se sentem preparados para lidar com as particularidades do aprendizado das crianças autistas. Esse quadro reflete a necessidade de políticas públicas mais eficazes voltadas à formação continuada, possibilitando que os docentes adquiram conhecimentos teóricos e práticos para melhor atender a essa população estudantil.

Outro aspecto crítico identificado refere-se à falta de recursos pedagógicos adequados. Muitas escolas não dispõem de materiais adaptados, tecnologia assistiva

ou suporte especializado, tornando o processo de ensino-aprendizagem ainda mais desafiador. A escassez desses recursos impacta diretamente na qualidade do ensino e reforça a necessidade de investimentos estruturais para a promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e acessível. No entanto, apesar dessas dificuldades, a pesquisa também revelou a existência de metodologias eficazes que podem ser aplicadas para otimizar a alfabetização de crianças com TEA. Estratégias como o uso de recursos visuais, ensino estruturado e práticas lúdicas demonstraram-se fundamentais para facilitar a compreensão e o desenvolvimento da linguagem escrita nesses alunos. Professores que adotam tais abordagens relataram avanços significativos no desempenho das crianças, sugerindo que a formação docente deve ser direcionada para a implementação dessas estratégias.

Ademais, a necessidade de adaptação curricular foi amplamente discutida entre os participantes da pesquisa. Muitos docentes apontaram dificuldades em conciliar as demandas individuais dos alunos com TEA com as exigências curriculares da turma regular. Isso evidencia a necessidade de uma flexibilização no ensino que permita a personalização do aprendizado, garantindo que todas as crianças tenham acesso a um ensino de qualidade. Por outro lado, as escolas que implementaram práticas inclusivas, como o ensino colaborativo entre professores e terapeutas, registraram um ambiente escolar mais acolhedor e um melhor desempenho acadêmico dos alunos autistas. Esses achados reforçam a importância de iniciativas que promovam a interação entre diferentes profissionais da educação para potencializar o processo de ensino-aprendizagem.

Diante desses resultados, é possível sugerir que a alfabetização de crianças com TEA exige um olhar atento e um compromisso constante com a melhoria das práticas pedagógicas. A falta de formação adequada dos professores e a limitação de recursos ainda são barreiras significativas, mas as estratégias pedagógicas identificadas na pesquisa demonstram que avanços podem ser alcançados quando há investimentos na qualificação docente e na estrutura educacional. Assim, fica evidente que as políticas públicas devem priorizar a formação continuada dos professores e o fornecimento de materiais didáticos adaptados para assegurar que a inclusão não seja apenas um conceito teórico, mas uma prática efetiva nas escolas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos ao longo desta pesquisa permitiram compreender os desafios e avanços no processo de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), confrontando diretamente os objetivos inicialmente estabelecidos. Observou-se que a formação docente tem papel fundamental na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, sendo que a carência de capacitação impacta negativamente a qualidade do ensino oferecido a esses alunos. Esse dado confirma a necessidade de investimentos na qualificação dos professores, conforme previsto no objetivo de analisar a influência da capacitação docente na adoção de práticas eficazes.

A falta de recursos pedagógicos adaptados, evidenciada na observação direta das atividades em sala de aula, reforça outro aspecto central da pesquisa: a dificuldade de criar um ambiente plenamente inclusivo sem a devida estrutura. Essa constatação valida a hipótese de que a insuficiência de materiais específicos e tecnologia assistiva limita as possibilidades de ensino para crianças com TEA, exigindo uma reformulação das condições de aprendizado oferecidas nas escolas.

No entanto, observou-se também que algumas estratégias pedagógicas se destacaram pela sua eficácia, especialmente aquelas que incorporam elementos visuais e estruturação do ensino baseada em organização e previsibilidade. Essa análise evidencia que, mesmo diante das dificuldades estruturais, há possibilidades reais de adaptação curricular que favorecem o aprendizado das crianças com TEA, o que vai ao encontro do objetivo de identificar estratégias pedagógicas eficientes para essa população estudantil.

A discussão sobre a adaptação curricular revelou um dilema enfrentado pelos professores: a necessidade de atender às demandas individuais dos alunos autistas sem comprometer o andamento da turma. A investigação demonstrou que as escolas que adotam abordagens colaborativas, integrando professores e terapeutas no planejamento educacional, conseguem minimizar essas dificuldades, tornando o processo de ensino mais eficiente. Esse dado confirma a importância do planejamento pedagógico alinhado com as necessidades dos alunos, um dos pontos centrais desta pesquisa.

Portanto, a análise dos resultados confirma a relevância dos objetivos estabelecidos, evidenciando que a formação docente e os recursos estruturais são fatores determinantes na efetividade das práticas inclusivas. Embora desafios

persistam, os achados reforçam que a alfabetização de crianças com TEA pode ser aprimorada por meio da capacitação dos professores, da disponibilização de materiais adaptados e da adoção de metodologias flexíveis. Dessa forma, a pesquisa contribui para o entendimento das condições necessárias para que a educação inclusiva seja, de fato, uma realidade e não apenas um conceito teórico nas escolas.

5 AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado sem apoio

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico]: DSM-5 / tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento ... [et al.]; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli ... [et al.]. 5. ed. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

CASTILHO, Tatiane Bruno; BEZERRA, Giovani Ferreira. Educação Especial e Inclusão Escolar Nos Cadernos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. Revista Tempos e Espaços em Educação, São Cristóvão, v. 9, n. 19, p. 193–210, 2016. DOI: 10.20952/revtee.v9i19.5605. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/revtee/article/view/5605>. Acesso em: 2 fev. 2025.

da Silva, Jaqueline Renata. de Oliveira, Nathalia. "Crianças autistas no processo de alfabetização: práticas pedagógicas inclusivas." Contemporânea Revista UniToledo: Arquitetura, Comunicação, Design, Educação e História 3.1 (2018).

Guedes, Luciana de Almeida. "Alfabetização de crianças com autismo e a comunicação aumentativa e alternativa: uma revisão sistemática da literatura." (2022).

MORAIS, Arthur Gomes de. Sistema de Escrita Alfabética. São Paulo: Melhoramentos, 2012

Ziviani, Brenda Novais. "O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM AUTISMO: O QUE NOS DIZEM AS PROFESSORAS?" (2021).